

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil vinte e quatro, no Plenário das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, foi realizada a Sessão Ordinária da Primeira Câmara, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, **Conselheiro Otávio Lessa de Geraldo Santos**, onde reuniram os Senhores Conselheiros: **Conselheira Maria Cleide Costa Beserra, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, Conselheira Substituta Ana Raquel Ribeiro Sampaio Calheiros, Conselheiro substituto Sérgio Ricardo Maciel**. O Ministério Público de Contas esteve presente, representado pelo **Procurador Gustavo Henrique Albuquerque Santos**. Havendo número para deliberar o **Excelentíssimo Senhor Presidente** declarou em nome de Deus aberta a sessão solicitando a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada. Não houve matéria na hora do expediente, passou para a **Ordem do Dia: Relatora Conselheira Maria Cleide Costa Beserra: TC-007168/2016, Aposentadoria, Instituto de Previdência Social-Olho D'Água das Flores, Maria José Ferreira da Silva, aprovado acórdão nº 162/2024; TC-014588/2016, Aposentadoria, Cícera Maria de Lima, Prefeitura Municipal-Jacuípe, aprovado acórdão nº 163/2024; TC-016020/2018, Aposentadoria, Anísia Maria Faustino Gomes, Prefeitura Municipal-Quebrangulo, aprovado acórdão nº 164/2024; TC-016800/2018, Aposentadoria, Maria José de Araújo, Prefeitura Municipal-Quebrangulo, aprovado acórdão nº 165/2024; TC-016908/2018, Aposentadoria, Luiza Soares Tenório, Prefeitura Municipal-Quebrangulo, aprovado acórdão nº 166/2024**. Não havendo mais processos a relatar, o Excelentíssimo Senhor Presidente, facultou a palavra, não havendo quem quisesse fazer uso, em nome de Deus encerrou a sessão, convocando todos para a próxima no horário regimental, do que para constar eu, Maria Aparecida Bida Guabiraba redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e pelo Procurador do Ministério Público de Contas.